



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

ATA DE REUNIÃO

Ao décimo nono dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um , às 14: 30h, em sala virtual criada por este egrégio Tribunal de Justiça, através do link: <https://guest.lifesizecloud.com/6408855>, reuniram-se os integrantes da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, tendo como presidente o ilustre Desembargador Júlio Cesar Lemos Travessa, conforme Decreto Judiciário nº 664/2018, publicado no DJE de 03/10/2018, para tratar de assuntos da mencionada Comissão, sendo os trabalhos conduzidos, de ordem do Des. Júlio Cesar Lemos Travessa, pela Dra. Elbia Rosane Souza Araújo, estando presentes: Dra. Bárbara Correia de Araújo Bastos, Angélica Mota Valois Coutinho, João Eudes Alves Ferreira, Leonice Salgado, Diva, Lígia, Hévila Santana.

Os pontos discutidos foram:

1- Participação de Moisés Bisesti, assessor de comunicação do TJ-Ba, sobre vídeos e campanha já discutidas pela CPAI.

Foi dito por Moisés Bisesti que neste período de pandemia pode ser feito vídeo com o dia a dia do servidor com deficiência, trazendo o retrato de cada caso e, além de divulgar apenas no Tribunal, também divulgar na mídia aberta. Também foi trazido alguns temas constantes no Estatuto da Pessoa com Deficiência para fazer spots de rádio sobre direitos da pessoa com deficiência, que serão divulgados no ambiente do próprio tribunal. Os spots serão exibidos no quadro “o que diz a lei”.

Os vídeos serão iniciados com João Eudes (deficiência visual), Dr. Rilton (deficiência motora) e Dra. Élbia (sobre a deficiência intelectual).

Uma colocação importante de Moisés Bisesti sobre os servidores recém chegados ao Tribunal é a necessidade de o tribunal se preparar para receber cada servidor com a sua deficiência.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

2- Acesso e acessibilidade à justiça; depoimento de João Eudes; sugestões práticas.

Hoje o computador trabalha com um leitor de tela, existe um programa gratuito chamado NVDA, então o cego trabalha com as teclas e o computador vai lendo (falando) o que está sendo feito.

Em termo de processo, foi dito por Doutora Élbia que os sistemas processuais ainda não conseguem ler imagens. Quando se fala em acessibilidade normalmente se pensa na parte estrutural (rampas, acesso ao banheiro, etc.), mas é muito mais amplo, sobretudo pela necessidade de acessibilidade dos sistemas processuais.

A comissão fará um ofício dirigido à Presidência do Tribunal para que seja feito um estudo de viabilidade de implementação de ferramentas de acessibilidade junto ao PJE.

Ficou acordado que a CPAI irá fazer contato com as comissões da OAB, da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Procuradoria do Estado, com Gean (do INSS – Contato de João Eudes que entende de informática) para dialogar sobre as necessidades do poder judiciário.

Também ficou acordado que a comissão irá fazer uma cartilha com os direitos das pessoas com deficiência, com referência da cartilha do Paraná.

3- Contato com os novos juízes das vagas PCDs.

Foi feito contato com três juízes com deficiência. O primeiro solicitou que o notebook com tela maior, pois tem uma deficiência visual; a segunda magistrada não teve um pedido específico, apenas pontuou que teria dificuldade se for para algum fórum que tenha muitos lances de escada; o terceiro magistrado solicitou uma cadeira ergonômica.

Também foi feito contato com um magistrado que tem dependente com deficiência e foi passado para ele alguns contatos de médicos, escolas e instruções em Salvador, já que ele veio de fora e não conhece nada na cidade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

Discutiu-se se nos tipos de demandas de necessidades dos servidores/ magistrados com deficiência, os pedidos devem ser encaminhados para a comissão de acessibilidade para que a comissão faça o requerimento.

Joao Eudes fará contato com os médicos do trabalho para saber como se deve instruir os pedidos dos servidores com deficiência.

4- Planejamento estratégico da CPAI, postado por Pedro Vivas:

Projeto de Estruturação da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, foi um projeto feito logo no início com o objetivo de estruturar as rotinas da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e estabelecer as atividades prioritárias a curto e médio prazo. Esse projeto começou a ser realizado em maio de 2019. Principais produtos da comissão. O produto final que projeto vai entregar é a comissão estruturada. Mas para que isso aconteça, algumas pequenas entregas precisam ser feitas. a) unidade administrativa de acessibilidade e inclusão (uma unidade física); b) rotinas de trabalho da comissão e seus núcleos temáticos; c) política institucional de acessibilidade e inclusão; d) caderno de especificação (ABNT) – Anexo integrante da política; e) Calendário de capacitações e eventos → comissão estruturada.

O projeto foi dividido em duas fases: Fase 1 - Ações com execução a curto prazo; Fase 2 – Ações com execução a médio prazo.

Algumas ações com execução a curto prazo já foram tomadas, ficando outras ainda pendentes. A comissão já conseguiu identificar 4 (quatro) núcleos de atuação e algumas pessoas precisam estar em alguns

Núcleos Temáticos: a) Infraestrutura; b) Pedagógico (capacitação); c) Ações Sociais (eventos de sensibilização; pesquisa sobre perfis dos integrantes do PJBA e familiares; definir normativa para concessão de jornada especial de trabalho para integrantes do PJBA e familiares) d) Tecnologia.

A fase 2 ainda não se iniciou.

Próximos passos: Designar Gerente de Projeto (que atualmente é Diva), para coordenar as atividades pendentes; Treinar o Gerente de Projeto; Definir



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

responsáveis pelas atividades do plano de ação; Definir novos acordos de prazo; Definir integrantes dos núcleos temáticos.

É necessário que as pessoas da comissão se dividam nos núcleos temáticos. Ficou estabelecido que será colocado no grupo de *whats app* e na próxima reunião já ficará estabelecido quais os componentes de cada núcleo temático.

5- O que ocorrer.

Leonice Salgado sugeriu que a comissão solicite um espaço no curso de formação dos magistrados. Seria o caso de falar com a UNICORP para solicitar este espaço no curso de formação. Se não for possível, a comissão pode convidar a turma de formação para participar das reuniões da CPAI. Dra. Bárbara se responsabilizou em fazer esse contato.

6 - Franqueada a palavra aos integrantes, ficou sugerida uma próxima reunião para o dia 19/03/2021 (sexta-feira), às 14:30h.

Nada mais havendo a tratar, a reunião, foi encerrada e pode ser - visualizada através do link: <https://manage.lifesize.com/singleRecording/ddc3d792-6614-4bb3-a6cf-14d7e51ee78b?authToken=f2af4c0b-9c69-4ad6-a2f5-2871fde89c31>, eu, Elis Costa Menezes, lavrei a presente ata que será assinada pela Presidente da reunião e demais integrantes desta Comissão.

Élbia Rosane Souza Araújo

Juíza de Direito